



RETIFICAÇÃO 01

TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2020

Tipo: Menor Preço Global – Processo nº 077/2020

O **MUNICÍPIO DE GUAPÉ/MG**, com sede administrativa na Praça Dr. Passos Maia, nº 260, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.239.616/0001-85, torna público que fará realizar licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, regime de **EXECUÇÃO INDIRETA**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, visando à contratação de empresa **ESPECIALIZADA** para **Reforma e Ampliação da Praça Mario Barros**, conforme cláusula primeira deste Edital e ANEXOS. Os envelopes contendo “**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**” e “**PROPOSTA COMERCIAL**” deverão ser protocolados na sede da Prefeitura Municipal, no Departamento Licitação, até as 9h00min do dia 05/03/2020. A Sessão de abertura dos envelopes dar-se-á no dia 05/03/2020 às 09h30min, no endereço precitado, horário e local no qual o Presidente da Comissão Permanente de Licitações e demais membros darão início aos trabalhos, regendo-se o presente certame pelas normas da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, demais legislações aplicáveis à espécie e seguintes cláusulas:

1 – DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto da presente Licitação a **seleção de propostas visando a Contratação de empresa para prestação de serviços na área de engenharia, incluindo mão-de-obra, materiais e disponibilização de equipamentos necessários para a execução de serviços de Reforma e Ampliação da Praça Mario Barros**, conforme as especificações contidas nos Anexos deste Edital, a ele vinculados.

1.1 - Os serviços serão executados na **Praça Mario Barros**, localizada a Rua Altivo Jose da Costa, na Cidade de Guapé.

1.2 - A obra objeto desta licitação deverá ser executada pela futura Contratada em total observância às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

1.3 - As especificações técnicas, memorial descritivo, Planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e plantas constam dos documentos, anexos ao Edital, do qual ficam fazendo parte integrante desta Tomada de Preços.

2 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 - A participação na presente Licitação é facultada a todas as empresas devidamente cadastrada neste município, ou as que atenderem a todas as condições exigidas para cadastro até o 3º (terceiro) dia anterior a data do recebimento dos envelopes, que cumpram as normas da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, observada a necessária qualificação, e que satisfaçam, entre outras exigências, as seguintes:

- a) Não se apresentem sob forma de consórcio de empresa;
- b) Não tenham sofrido pena de suspensão pelo Município de Guapé, ou incorrido em inadimplência para com o mesmo de um modo geral.
- c) Empresas que não esteja em estado de falência ou recuperação judicial, de concurso de credores, de dissolução ou liquidação;
- d) Não tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública nos termos da Lei nº 8.666/93, artigo 87, inciso IV;
- e) Não seja Servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada à este Município, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.



RETIFICAÇÃO 01

2.2 - É obrigatória a **VISITA TÉCNICA** do licitante ao local da obra, ocasião em que será fornecido aos interessados o Atestado de Visita, conforme exigência constante no **item 5.3.3**.

2.2.1 - A finalidade da visita é o conhecimento da área e das condições locais em que os serviços serão prestados e obtenção de demais esclarecimentos que o licitante julgar necessários para a futura execução da Obra.

2.2.2 - A visita técnica deverá ser efetuada em **até 03 (três) dias à abertura da Documentação**, devendo ser agendada no Departamento de Obras, pelo telefone (35)3856-1250.

2.2.3 - A empresa interessada deverá credenciar um responsável, com autorização para realizar a visita na Obra, no qual será emitido o atestado de visita pelo Departamento de Obras da Prefeitura.

3 – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO

3.1 - Os documentos de habilitação e proposta deverão ser apresentados em 02 (dois) envelopes distintos, indevassáveis, fechados com cola e rubricados em seu fecho, sob pena de não serem recebidos para o fim de participação na presente TOMADA DE PREÇOS, **até 09h do dia 05/03/2020**. A Sessão de abertura dos Envelopes dar-se-á no dia **05/03/2020 às 09h30min**, no endereço precitado, horário e local no qual o Presidente da Comissão Permanente de Licitações e demais membros darão início aos trabalhos.

4 - ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, identificado, em sua parte externa, com o número do Processo, número desta **TOMADA DE PREÇOS**, nome do proponente e seu endereço, da seguinte forma:

AO MUNICÍPIO DE GUAPÉ/MG
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PROCESSO Nº 077/2020. TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2020.

NOME DA EMPRESA. CNPJ.
ENDEREÇO COMPLETO
TELEFONE. E-MAIL.

5 - O Envelope nº 01 conterá os documentos de habilitação, a saber:

5.1 - HABILITAÇÃO JURIDICA:

5.1.1 - Registro comercial, no caso de empresa individual;

5.1.2 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, devidamente registrado;

5.1.3 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

5.1.4 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;



RETIFICAÇÃO 01

5.2 - REGULARIDADE FISCAL:

5.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

5.2.2 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

5.2.3 - Certificado de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;

5.2.4 - Certidão de regularidade de Débitos Trabalhista (CNDT);

5.2.5 - Certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual;

5.2.6 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, e com a Fazenda Municipal de Guapé;

5.2.6.1 - A Certidão Negativa de Débito com o Município de Guapé poderá ser retirada via fax (35) 3856-1250, ramal 23 ou e-mail tributos@guape.mg.gov.br;

5.3 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

5.3.1 - Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da empresa;

5.3.2 - Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) de seu responsável técnico;

5.3.3 - Atestado de visita técnica, emitido pelo Departamento de Obras, comprovando que a empresa realizou a visita técnica, tomando conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

5.3.4 - Comprovação de Capacidade Técnico Profissional da empresa licitante, realizável através de prova de possuir em seu quadro permanente ou societário, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pelo CREA ou CAU, detentor de “ART - Atestado de Responsabilidade Técnica” ou “RRT - Registro de Responsabilidade Técnica” por execução de serviços de similar característica à do objeto da presente licitação;

Obs. A prova de vínculo do profissional pertencente ao quadro técnico da empresa indicado neste item, deverá ser feita através de cópia autenticada de um dos seguintes documentos:

- Ficha de Registro do Empregado;
- Contrato Temporário de Trabalho com a licitante em conformidade com a Legislação Trabalhista;
- Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS do Profissional, devidamente anotada pela licitante; ou
- Contrato Social e última Alteração se houver, demonstrando a participação societária do profissional na empresa licitante.

5.3.5 - Atestado Técnico-Profissional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com a chancela CREA ou CAU, acompanhado da respectiva Certidão emitida pelo CREA ou CAU, em que se comprove ter sido aquele mesmo profissional indicado acima, o Responsável Técnico (RT), em obra totalmente concluída, de similar característica à da presente licitação;

5.3.6 - O Profissional indicado pela licitante para fins de comprovação de Capacitação Técnico Profissional, deverá participar dos serviços objeto da presente Licitação, devendo o mesmo assinar a “ART - Anotação de Responsabilidade Técnica” ou “RRT - Registro de Responsabilidade Técnica” inicial dos serviços, admitindo-se a substituição por outro profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado previamente pela fiscalização do CONTRATANTE.

5.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:



RETIFICAÇÃO 01

5.4.1 - Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com emissão de no máximo 60 (sessenta) dias da data da abertura dos envelopes;

5.4.2 – Prova de possuir Patrimônio Líquido cujo valor seja, no mínimo, igual a **R\$ 3.803,35 (três mil oitocentos e três reais e trinta e cinco centavos)**, valor de 10% do valor estimado para Contratação, comprovado na data da apresentação da proposta, admitida a atualização, devendo ser utilizado o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que o venha substituir;

5.4.3 - Balanço patrimonial do último exercício social devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial, ou cópia das páginas do Livro Diário também registrado ou autenticado na Junta Comercial, acompanhado dos termos de abertura e encerramento, ou ainda pela publicação com indicação do número da página do Livro Diário em que se ache transcrito;

5.4.4 - Demonstrativo de boa situação econômico-financeira da licitante, devidamente assinado, por profissional habilitado no CRC destacando os seguintes índices:

a - ILC – Índice de Liquidez Corrente – igual ou superior a 1,0:

$$\text{ILC} = \frac{\text{AC}}{\text{PC}}$$

AC = Ativo Circulante
PC = Passivo Circulante

b - ILG – Índice de liquidez Geral – igual ou superior a 1,0:

$$\text{ILG} = \frac{\text{AC} + \text{RLP}}{\text{PC} + \text{ELP}}$$

AC = Ativo Circulante **RLP** = Realizável a Longo Prazo.
PC = Passivo Circulante **ELP** = Exigível a Longo Prazo.

c - SG – Solvência Geral – igual ou superior a 0,5:

$$\text{SG} = \frac{\text{AT}}{\text{PC} + \text{ELP}}$$

AT = Ativo Total
PC = Passivo Circulante **ELP** = Exigível a Longo Prazo.

5.5 - Declaração de total observância do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de acordo com o modelo inserto no **Anexo III**;

5.6 - Declaração impressa em papel timbrado, ou mediante carimbo da empresa com a devida assinatura e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a administração, conforme modelo sugerido no **Anexo IV**;

5.7 – Declaração de que a empresa licitante cumpre as Normas de Segurança de Trabalho, alcançando a todos os funcionários envolvidos os equipamentos necessários para o bom e seguro desempenho do objeto deste Edital;

5.8 - Certidão de Registro Cadastral emitido pela Prefeitura de Guapé/MG, nos termos do disposto no § 2º do Art. 22 da Lei 8.666/93;

5.9 - O licitante que cumprir os requisitos legais para qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) deverá apresentar Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial ou órgão competente, no ato do Credenciamento, com data de emissão máxima de 90 (noventa) dias.



RETIFICAÇÃO 01

5.10 - A Comissão Permanente de Licitação poderá efetuar consulta ao *site* da Receita Federal na internet para certificação sobre a regularidade da inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - **CNPJ**, em observância à legislação pertinente, confirmando, ainda, a autenticidade dos demais documentos extraídos pela *internet*, junto aos *sites* dos órgãos emissores, para fins de habilitação.

5.10.1 - Procedida a consulta, serão impressas declarações comprovantes da autenticidade dos documentos, que serão juntadas aos autos do processo licitatório.

5.10.2 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

- a) se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou
- b) se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- c) se o licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, a documentação deverá ser apresentada com CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;
- d) serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

5.11 - Na ausência de documentos constantes do item 5, a Comissão Permanente de Licitação poderá consultar os sites dos órgãos emissores para sua emissão, juntando-os aos autos.

5.12 - A Prefeitura não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, hipótese em que, em face do não saneamento das falhas constatadas, o licitante será inabilitado.

5.13 - A microempresa - ME e empresa de pequeno porte - EPP, deverá apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

5.14 - Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a ME ou EPP for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período devidamente fundamentado, a critério da Prefeitura, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

5.15 - A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo facultado a Comissão Permanente de Licitação convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou submeter o processo à Autoridade Competente para revogação.

5.16 - Os documentos exigidos neste Edital poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia legível, autenticada por cartório competente, com exceção dos extraídos pela internet, com vigência plena na data fixada para sua apresentação.

5.17 - Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial, desde que os respectivos originais sejam apresentados a Comissão Permanente de Licitação para autenticação, durante a sessão do Certame.

6 - ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA COMERCIAL, identificado, em sua parte externa, com o número do Processo, número desta Tomada de Preços, nome do proponente e seu endereço, da seguinte forma:

AO MUNICÍPIO DE GUAPÉ/MG
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA COMERCIAL
PROCESSO Nº 077/2020. TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2020.

NOME DA EMPRESA. CNPJ.
ENDEREÇO COMPLETO
TELEFONE. E-MAIL.



RETIFICAÇÃO 01

7 - O Envelope n° 02 conterá a Proposta Comercial, sendo obrigatório observar o que segue:

7.1 - A Proposta Comercial contendo assinatura do seu representante legal ou credenciado, devidamente identificado e qualificado, sem emendas, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocadamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo;

7.1.1 - Razão social, endereço completo, CNPJ e Inscrição Estadual ou Municipal;

7.1.2 - Número da Tomada de Preço e do processo;

7.1.3 - Descrição do objeto da licitação, obedecidas às especificações do item 1;

7.1.4 - Preço global ofertado, em moeda corrente nacional, incluindo os tributos incidentes;

7.1.5 - Validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data da abertura do envelope proposta;

7.1.6 - Local, data, assinatura e qualificação do signatário, responsável pela proposta e assinatura;

7.2 - Proposta Financeira com orçamento e **descritivo de materiais e serviços detalhados**, orçamento global e Cronograma Físico Financeiro da obra, contendo a assinatura do representante legal ou credenciado e devidamente assinado pelo Responsável Técnico da empresa;

7.2.1 - **Composição do BDI utilizado na proposta financeira, contendo a assinatura do representante legal ou credenciado e devidamente assinado pelo Responsável Técnico da empresa;**

7.3 - DO PREÇO MAXIMO

7.3.1 - Segundo o que dispõe o art. 40, inc. X, da Lei 8.666/93, fica estabelecido como valor máximo, a ser considerado pelas empresas interessadas, para efeito de elaboração das suas Propostas Comerciais e, por conseguinte, para eventual contratação com a Prefeitura Municipal Guapé/MG, a importância de **R\$ 38.033,54 (trinta e oito mil trinta e três reais e cinquenta e quatro centavos).**

8 – CREDENCIAMENTO

8.1 – As empresas licitantes poderão ser representadas no certame por seu sócio, proprietário ou dirigente, desde que apresente o original ou cópia autenticada do Estatuto ou Contrato Social atualizado da empresa ou Registro Comercial, no caso de empresa individual, acompanhado de documento de identidade;

8.2 - A representação também poderá ser feita por procurador munido de instrumento público ou particular ou por **Carta de Credenciamento, modelo Anexo II**, devidamente autenticada, comprovando a outorga de poderes necessários para a prática de todos os atos inerentes ao procedimento licitatório, juntamente com o documento de identidade do credenciado ou procurador e documento que comprove a representação legal do outorgante;

8.3 - Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial, desde que os respectivos originais sejam apresentados à Comissão Permanente de Licitação para autenticação;

8.4 - A não apresentação do credenciamento não inabilitará o licitante, mas impedirá a pessoa presente de se manifestar e responder em nome da empresa.

9 – DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1 - O Envelope n° 01 será aberto em reunião pública, com a presença ou não dos Licitantes e demais interessados, na data e horário estipulados no preâmbulo deste Instrumento.

9.2 - Os Membros da Comissão de Licitação e os Licitantes presentes farão a conferência dos envelopes quanto a sua indevassabilidade, bem como dos documentos contidos neles e serão vistos pela Comissão e os presentes.



RETIFICAÇÃO 01

9.3 - O Licitante declarado inabilitado receberá em devolução, pelo seu representante, o envelope nº 02 (Proposta Comercial) mediante recibo e os não presentes por meio correio.

9.4 - A habilitação dos Licitantes será comunicada pelo Presidente da Comissão de Licitação antes da abertura do envelope nº 02, contendo as propostas comerciais.

9.5 - A análise e julgamento dos Documentos de Habilitação serão feitos em sessão pública pela Comissão Permanente de Licitação e demais presentes.

9.6 - A Comissão ou Autoridade superior poderá em qualquer fase da licitação promover as diligências que considerarem necessárias, para esclarecer ou completar a instrução do processo licitatório.

10 – DA PROPOSTA

10.1 – Os envelopes de proposta nº 02, dos Licitantes habilitados, poderão ser abertos logo em seguida ao julgamento da “Documentação”, desde que haja renúncia expressa de todos os Licitantes de interposição de recursos de que trata o artigo 109, I, “a” da Lei Federal 8.666/93, neste caso, ocorrendo a renúncia de todos os licitantes, a Comissão dar prosseguimento na Sessão.

10.2 – Não havendo desistência por parte de um dos Licitantes, a Comissão de Licitação fará publicar nos termos da Lei, consoante art. 109 da Lei Federal 8.666/93.

10.3 - Os integrantes da Comissão de Licitação e os Licitantes presentes rubricarão os envelopes em sua parte externa, atestando a sua indevassabilidade, bem como as propostas contidas nos mesmos.

11 – DO CRITÉRIO PARA JULGAMENTO E DO DESEMPATE DAS PROPOSTAS

11.1 - O julgamento será realizado pela Comissão Permanente de Licitação, que levará em consideração o **Menor preço global, em regime de Empreitada Global;**

11.1.1 – No julgamento das propostas validas, considerar-se-á vencedora aquela cujo PREÇO GLOBAL para a realização dos serviços, objeto deste certame, for o menor dentre todos os que venham a ser oferecidos, além de igual ou inferior ao valor máximo da licitação.

11.1.2 – Após abertos os envelopes, as propostas serão tidas como imutáveis e acabadas, não sendo admitidas quaisquer providências posteriores, **salvo se, inequivocadamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo;**

11.1.2.1 - As propostas que apresentarem erros manifestos de cálculos serão corrigidas automaticamente pela comissão, não sendo admitida correção dos valores unitários;

11.1.3 - Será desclassificada a proposta que:

11.1.3.1 - não atenda às exigências estabelecidas nesta Tomada de Preço ou em diligência;

11.1.3.2 - apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a produtos e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração; ou superestimados ou manifestamente inexequíveis, assim considerados nos termos do disposto no art. 44, § 3º e art. 48, II, da Lei Federal nº 8.666/93;

11.1.3.3 - Se a Comissão Permanente de Licitação entender que há indícios de inexequibilidade do preço, fixará prazo para que o licitante demonstre a formação do seu preço, por meio de planilha de custos, justificativas e demais documentos comprobatórios.

11.1.3.4 - Não havendo a comprovação da exequibilidade do preço, analisado para execução global do objeto e cumprimento das normas legais, a proposta será desclassificada.



RETIFICAÇÃO 01

11.2 – Se a proposta de menor preço não tiver sido ofertada por ME ou EPP, e houver proposta apresentada por ME ou EPP com valor até 10% (dez por cento) superior ao melhor preço, estará configurado o empate ficto previsto no art. 44, § 1º da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações.

11.3 – Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

11.3.1 - Se o representante da ME ou EPP mais bem classificada estiver presente na sessão, o mesmo será convocado para, no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada classificada em primeiro lugar no certame, sob pena de preclusão do exercício do direito de preferência.

11.3.2 - Se o representante da ME ou EPP não estiver presente na sessão, a Comissão Permanente de Licitação encaminhará correspondência ao licitante, inclusive por meio eletrônico, fixando prazo para apresentação de nova proposta comercial, sob pena de preclusão do exercício do direito de preferência.

11.3.3 - Caso a ME ou EPP mais bem classificada, em situação de empate ficto, utilize seu direito de preferência, será classificada em primeiro lugar e dar-se-á prosseguimento à sessão.

11.3.4 - Se a ME ou EPP mais bem classificada não exercer seu direito de preferência, na forma dos subitens anteriores, serão convocadas as demais ME ou EPP remanescentes, cujas propostas estiverem no limite estabelecido no item 4, na ordem de classificação, para o exercício do direito de preferência.

11.3.5 - No caso de equivalência dos valores apresentados pela ME ou EPP que se encontre nesse limite, a Comissão Permanente de Licitação realizará sorteio, entre essas empresas, para definir a que primeiro poderá apresentar nova proposta comercial.

11.3.6 - Não havendo ME ou EPP em situação de empate ficto, que utilize o direito de preferência, prosseguir-se-á a sessão observando-se a classificação das propostas comerciais.

11.3.7 - Será classificado em primeiro lugar o licitante que, após aplicação do direito de preferência instituído pela Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, ofertar o menor preço.

11.4 - Desta fase será lavrada ata circunstanciada, que será assinada pelos membros da comissão e representantes presentes, constando da mesma toda e qualquer declaração.

11.5 - Se ocorrer a suspensão da reunião para julgamento e a mesma não puder ser realizada no mesmo dia, será designada nova data para sua publicação, dando-se ciência aos presentes.

11.6 - A Autoridade Licitante reserva-se no direito de anular ou revogar a presente Licitação conforme Artigo 49 da Lei 8.666/93.

11.7 - Na hipótese do licitante vencedor não atender a convocação para assinar o contrato, poderão ser convocados os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, desde que aceite as mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

12 - DOS RECURSOS E CONTRARRAZÕES

12.1 - O licitante poderá apresentar recursos contra as decisões da Comissão Permanente de Licitação, nos termos do art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.2 - Interposto recurso, dele será dada ciência aos licitantes, por meio de publicação no quadro de avisos, no endereço eletrônico transparencia.guape.mg.gov.br, que poderão impugná-lo no prazo legal e enviado aos licitantes via fac-símile ou e-mail.

12.3 - Os recursos e respectivas contrarrazões deverão obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não serem conhecidos:

12.3.1 - ser dirigido à Comissão Permanente de Licitação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a publicação dos resultados no Órgão de Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais;



RETIFICAÇÃO 01

12.3.2 - ser dirigido ao Prefeito Municipal, nos casos de anulação ou revogação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

12.3.3 - ser apresentado em uma via original, datilografada ou emitida por computador, contendo razão social, CNPJ e endereço da empresa, rubricado em todas as folhas e assinado pelo representante legal ou credenciado do licitante, devidamente comprovado;

12.3.4 - ser protocolizado na Sala da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Guapé à Praça Dr. Passos Maia, 260, Bairro Centro, Guapé/MG, CEP 37.177-000.

12.4 - A Prefeitura não se responsabilizará por memoriais de recursos e contrarrazões endereçados via postal ou por outras formas, entregues em locais diversos do mencionado no subitem 11.3.4 acima, e que, por isso, não sejam protocolizados no prazo legal;

12.5 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

12.6 - O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis;

12.7 - A decisão acerca de recurso interposto será divulgada por meio de publicação no quadro de avisos, no endereço eletrônico transparencia.guape.mg.gov.br e para os licitantes através de fac-símile ou e-mail.

13 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 - Inexistindo manifestação recursal ou decididos os recursos porventura interpostos, a Comissão Permanente de Licitação encaminhará o processo para a autoridade competente adjudicar o objeto ao licitante classificado em primeiro lugar e, posteriormente, homologar o procedimento licitatório.

14 - DO PRAZO E AS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

14.1 – Esgotados todos os prazos recursais, a Administração convocará o vencedor para, no prazo de até 05 (cinco) dias, assinar o contrato, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei nº 8.666/93;

14.2 – Após a emissão da Ordem de Serviço, o Licitante Vencedor terá o prazo de até 05 (cinco) dias para início das obras, quando deverá ser apresentado ART/RRT de execução do Responsável Técnico;

14.3 – O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada e durante o transcurso do prazo constante do item anterior;

14.4 – Se, dentro do prazo, o convocado não assinar o contrato, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados pelo critério previsto neste edital, ou então, revogará a Licitação, sem prejuízo da pena de multa, no valor correspondente a 10 % (dez por cento) do valor do contrato, e da aplicação das demais sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/93.

14.5 - Será exigida da CONTRATADA a apresentação, junto ao Setor de Tesouraria da Prefeitura de Guapé/MG, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura do Contrato, **Comprovante de Prestação de Garantia** de Execução do Serviço, objeto desta Tomada de Preço, **correspondente a 5% (cinco por cento)** do valor indicado na sua Proposta Comercial, nas modalidades previstas art. 56 da Lei 8.666/93.

14.5.1 - O valor da garantia responderá pelo inadimplemento das obrigações contratuais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fundiárias, indenizações a PREFEITURA e a terceiros, e por todas as multas impostas à CONTRATADA, sem que isso inviabilize a aplicação de multas em valor superior ao da garantia prestada.



RETIFICAÇÃO 01

14.5.2 - A garantia prestada deverá abranger toda a vigência do Contrato e, somente após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, quando será liberada ou restituída, nos termos da lei e em observância às demais disposições contratuais.

14.5 - O prazo para conclusão da obra, contado da data da emissão da **ORDEM DE SERVIÇO** e entregue a Licitante vencedora, será de **60 (sessenta) dias**.

15 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 – Pela inexecução total ou parcial do Contrato a administração poderá, garantia prévia de defesa, aplicar ao Contratado as seguintes sanções:

I – Advertência;

II – multa na forma prevista neste instrumento;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e demais cominações legais;

15.2 - Ficam estabelecidos os seguintes percentuais para as multas aplicáveis:

15.2.1 - 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor estimado do Contrato, por ocorrência;

15.2.2 - 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, inclusive o descumprimento dos prazos determinados no cronograma-físico financeiro aprovado, com a possível rescisão contratual;

15.2.3 - 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, na hipótese da CONTRATADA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando a PREFEITURA, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

15.3 - O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado do pagamento devido pela Prefeitura e a execução da garantia prestada. Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser recolhida pela Contratada no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da aplicação da sanção;

15.4 - As sanções previstas, face à gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

16 - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO

16.1 - O Município de Guapé acompanhará e fiscalizará toda a entrega do objeto deste edital, por meio de profissionais competentes, que poderão, constatando a inobservância quanto às especificações deste Instrumento:

I) - Rescindir o contrato;

II) - Mandar suspender os serviços;

III) - Mandar refazer os serviços;

IV) - Suspender o pagamento.

16.2 - O objeto deste EDITAL, mesmo entregue e aceito definitivamente, ficará sujeito à reparação/substituição desde que comprovada a preexistência de vícios, má fé do contratado, bem como alterações que comprometam a integridade da Obra/serviços.



RETIFICAÇÃO 01

17 – DO PREÇO E DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

17.1. O preço será aquele constante da proposta apresentada pela licitante;

17.2. No preço proposto devem estar incluídos todos os custos decorrentes de trabalhos executados em horas extraordinárias, em períodos noturnos, inclusive, o custo dos vigias, de modo a constituírem a única e total contraprestação pela execução dos serviços e obras, objeto do contrato.

17.3. Em casos excepcionais, em que o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato for afetado, a Administração poderá restabelecê-lo, nos termos do § 6º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93.

17.4 - A vigência do contrato regido por este edital será de 4 (quatro) meses contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos casos previstos na Lei 8666/93.

18 – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

18.1 - O contrato celebrado em virtude deste EDITAL poderá ser alterado, nos casos previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

19 – DO PAGAMENTO

19.1 – O pagamento será por medição, conforme conclusão das mesmas, devendo ocorrer em até 10 (dez) dias, somente após vistoria, aprovação e envio do boletim de medição, emitido pela Comissão de Acompanhamento, Fiscalização e Medição da Obra da Prefeitura, certificando o fiel cumprimento do memorial técnico descritivo integrante deste Edital, ao final de cada etapa da obra, conforme cronograma físico financeiro a Tomada de Preços nº 002/2020 – Processo nº 077/2020, a contar do recebimento definitivo dos documentos fiscal acompanhado das certidões de regularidade expedida pelo INSS, FGTS e Fazenda Municipal de Guapé e ainda apresentar a GFIP'S relativo ao mês imediatamente anterior;

19.2 – A administração promoverá retenções conforme lei Federal, Estadual e Municipal, dos valores constantes das notas Fiscal da prestação dos serviços, relativos à contribuição devida ao Instituto Nacional do Seguro Social, nos termos da legislação vigente.

19.3 – O Município reserva-se o direito de descontar de pagamentos devidos à licitante vencedora, os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas por descumprimento de cláusulas contratuais, bem como outros débitos da contratada relacionados ao serviço, como danos a terceiros, multas e outros que sejam devidos em razão da execução do contrato.

20 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

20.1 - Os recursos orçamentários necessários ao adimplemento das obrigações decorrentes deste EDITAL correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

-02.08.01 15.451 0004 1.123 – Construção, Ref. e Ampliação de Praças e Jardins - 44.90.51 – Obras e Instalações – Ficha 702, Fonte 100.

-02.08.01 15.451 0004 1.123 – Construção, Ref. e Ampliação de Praças e Jardins - 44.90.51 – Obras e Instalações – Ficha 701, Fonte 292.

21 – INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS REFERENTES À LICITAÇÃO



RETIFICAÇÃO 01

21.1 - Esclarecimentos necessários referentes ao presente Edital poderão ser obtidos, desde que requeridos por escrito, até o 5º (quinto) dia útil, contados da data prevista para apresentação dos envelopes no endereço abaixo:

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPE/MG
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PRAÇA DR. PASSOS MAIA, Nº 260 - CENTRO.
GUAPE/MG
CEP 37.177-000 - TELEFAX: (35) 3856-1250

21.2 - A resposta às dúvidas suscitadas será transmitida em até 03 (três) dias úteis após o protocolo no Departamento de Licitação.

21.3 - Qualquer interessado poderá impugnar, fundamentadamente, o presente EDITAL de Licitação, devendo protocolar o pedido no Departamento de Licitação dentro do prazo legal.

21.4 - Decairá do direito de impugnar os termos do EDITAL, perante a Administração, o Licitante que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a data para abertura dos envelopes de Habilitação/Proposta.

21.5 – Impugnações e/ou esclarecimentos aos termos deste Edital deverão ser protocolizadas (os) no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Guapé/MG, situado no prédio da Prefeitura Municipal, na Praça Dr. Passos Maia, nº 260 – Centro, na cidade de Guapé/MG, CEP: 37.177-000, dentro do prazo legal, dirigidas ao Presidente da CPL, a quem caberá julgá-las (los) e respondê-las (los) dentro do prazo legal.

21.6 – O Departamento de Licitação não se responsabilizará por impugnações endereçadas via postal ou por outras formas, entregues em local diverso do mencionado no item acima, e que, por isso, não sejam protocolizadas dentro do prazo legal;

21.7 - A decisão da Comissão Permanente de Licitação será enviada ao impugnante via fac-símile ou e-mail, e será divulgada no site e mural desta Prefeitura para conhecimento de todos os interessados.

22 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 - O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis;

22.2 - Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada ou tratar-se dos envelopes de licitantes desqualificados ou de envelopes Proposta Comercial de licitantes inabilitados;

22.3 - Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, a Comissão Permanente de Licitação poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados;

22.4 - A Comissão Permanente de Licitação, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no art. 43, §3º da Lei Federal nº 8.666/93.



RETIFICAÇÃO 01

22.5 - Se houver solicitação de documentos, estes deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada por cartório, sendo possível, ainda, a autenticação de cópias pela Comissão Permanente de Licitação;

22.5.1 - O não cumprimento da diligência poderá ensejar a inabilitação do licitante ou a desclassificação da proposta.

22.6 - A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas nesta Tomada de Preço, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria;

22.7 - Só terão direito de usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar as atas, os licitantes ou seus representantes credenciados e os membros da Comissão Julgadora;

22.8 - Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativos à Documentação, não serão admitidos à licitação os concorrentes retardatários;

22.9 - A Comissão Permanente de Licitação não se responsabilizará por impugnações endereçadas via postal ou por outras formas, entregues em locais diversos do mencionado no item acima, e que, por isso, não sejam protocolizadas no prazo legal.

22.10 - Fazem parte integrante deste EDITAL:

- a) ANEXO I - Minuta do Contrato;
- b) ANEXO II - Modelo de Carta de Credenciamento;
- c) ANEXO III - Declaração de inexistência de menor trabalhador;
- d) ANEXO IV - Declaração de inexistência de impedimento legal;
- e) ANEXO V - Projeto de Reforma e Ampliação da Praça Mario Barros contendo, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, BDI, Especificações Técnicas, Projeto de execução.

23 – DO FORO

22.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Guapé/MG, com exclusão de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este Edital e da execução do contrato.

E para conhecimento de todos é expedido o presente edital, sendo publicado seu extrato, no Diário Oficial de Minas Gerais, na folha da Manhã, no Quadro de Avisos desta Municipalidade e sua íntegra no sítio transparencia.guape.mg.gov.br, e ainda poderá ser retirado no Departamento de Compras e Licitações, situada à Praça Dr. Passos Maia, 260, ou pelo telefone (35) 3856-1250 ramal 21.

Guapé/MG, 17 de fevereiro de 2020.

Antonio Simoned de Souza
Ordenadora de Despesas

Luiz Carlos Miranda de Oliveira
Presidente da CPL



RETIFICAÇÃO 01

ANEXO I

MINUTA DO CONTRATO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS Nº ____/2020.

CONTRATANTE: O Município de Guapé, estado de Minas Gerais, Pessoa Jurídica de Direito Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.239.616 / 0001 – 85, com sede à Praça Dr. Passos Maia, nº 260, nesta cidade de Guapé-MG, CEP: 37177- 000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Nelson Alves Lara, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 813.523.606-91 e RG 244.390.769 - SSP/MG, residente e domiciliado, nesta cidade de Guapé, Estado de Minas Gerais.

CONTRATADA: A Empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede à Rua/Av., nº, Bairro, na Cidade de, Estado de, CEP:, neste ato representada por seu Representante Legal, o Sr., com o RG nº, CPF sob o nº, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. DO OBJETO

1.1 - Este Contrato tem como objeto a **prestação de serviços na área de engenharia, incluindo mão-de-obra, materiais e disponibilização de equipamentos necessários para a execução de serviços de Reforma e Ampliação da Praça Mario Barros**, a ser realizado pela CONTRATADA em regime de empreitada global e disposições constantes no memorial descritivo, planilha de quantitativo, cronograma físico financeiro, planta (corte, fachada e detalhes) em Anexo do Edital Tomada de Preços nº 02/2020 – Processo nº 077/2020.

1.2 - Além da mão-de-obra, cabe à CONTRATADA o fornecimento do material e equipamentos necessários para a execução da obra.

1.3 - A obra objeto desta licitação deverá ser executada, pela CONTRATADA, em total observância às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, as Normas de Segurança do Trabalho, e às especificações, memoriais, quantitativos, plantas, em Anexo ao Edital de Tomada de Preços 002/2020, a que esse vincula ao presente Contrato.

2. VIGENCIA DO CONTRATO E PRAZO DE EXECUÇÃO

2.1 - Que o presente instrumento terá a vigência de 4 (quatro) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado, atendendo sempre a conveniência administrativa, nos termos da Lei federal 8.666/93.

2.2 - O prazo para conclusão da obra, contado da data da emissão da Ordem de Serviço e entregue a CONTRATADA, **será de 60 (sessenta) dias**.

2.2.1 - Qualquer alteração no prazo supra referido dependerá da prévia aprovação, por escrito, do CONTRATANTE.

3. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

3.1 - Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse da PREFEITURA, com a apresentação das devidas e adequadas justificativas.



RETIFICAÇÃO 01

4. DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1 - O preço global a ser pago pela CONTRATANTE a CONTRATADA pela prestação dos serviços, será de R\$00 (..... reais), sem que incida sobre o mesmo qualquer reajuste.

4.2 - O pagamento será por medição, devendo ocorrer em até 10 (dez) dias, somente após vistoria, aprovação e envio do boletim de medição, emitido pela Comissão de Acompanhamento, Fiscalização e Medição da Obra da CONTRATANTE, certificando o fiel cumprimento do memorial técnico descritivo integrante deste contrato, ao final de cada medição da obra, conforme cronograma físico financeiro a Tomada de Preços nº 02/2020 – Processo nº 077/2020, a contar do recebimento definitivo dos documentos fiscal acompanhado das certidões de regularidade expedida pelo INSS, FGTS e Fazenda Municipal de Guapé e ainda apresentar a GFIP'S relativo ao mês imediatamente anterior.

4.3 – O primeiro pagamento somente será efetuado após a entrega da ART/CREA/RRT/CAU de execução por parte da CONTRATADA, bem como tenha sido fornecido o Alvará de Construção Municipal, e demais documentos que se fizerem necessários.

4.4 - O pagamento referente à última medição será condicionado à apresentação junto à Administração municipal, à comprovação da baixa da Matrícula da Obra no INSS, documentação concernente ao pagamento dos encargos fiscais, comerciais, trabalhistas e previdenciários de todos os empregados admitidos pela empresa contratada.

4.5 - A CONTRATADA deverá mencionar na nota fiscal o valor total dos serviços separadamente dos valores dos materiais e equipamentos.

5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 - Os recursos orçamentários necessários ao adimplemento das obrigações decorrentes deste EDITAL correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

-02.08.01 15.451 0004 1.123 – Construção, Ref. e Ampliação de Praças e Jardins - 44.90.51 – Obras e Instalações – Ficha 702, Fonte 100.

-02.08.01 15.451 0004 1.123 – Construção, Ref. e Ampliação de Praças e Jardins - 44.90.51 – Obras e Instalações – Ficha 701, Fonte 292.

6. DA GARANTIA CONTRATUAL

6.1 - Em garantia à execução deste Contrato, a CONTRATADA deverá prestar garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, nos termos previstos no artigo 56 da Lei nº 8.666/93, em uma das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro, por meio de depósito bancário em conta corrente da Prefeitura Municipal de Guapé, a ser indicada pelo Departamento de Tesouraria da PREFEITURA;
- b) Títulos da Dívida Pública;
- c) Seguro Garantia;
- d) Fiança Bancária.

6.2 - CONTRATADA deverá apresentar, junto ao Setor de Tesouraria da Prefeitura de Guapé/MG, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura do Contrato, **Comprovante de Prestação de Garantia** em uma das modalidades acima.



RETIFICAÇÃO 01

6.3 - O valor da garantia responderá pelo inadimplemento das obrigações contratuais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fundiárias, indenizações a PREFEITURA e a terceiros, e por todas as multas impostas à CONTRATADA, sem que isso inviabilize a aplicação de multas em valor superior ao da garantia prestada.

6.4 - A garantia prestada deverá abranger toda a vigência do Contrato e, somente após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, quando será liberada ou restituída, nos termos da lei e em observância às demais disposições contratuais.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 - Caberá à CONTRATADA o transporte do material, dos equipamentos, ferramentas e utensílios até o local dos trabalhos.

7.2 - A Comissão de acompanhamento e fiscalização de Obras da PREFEITURA verificará a qualidade do material/equipamentos colocado/utilizados na obra pela CONTRATADA, notificando-a a retirar todo àquele que for de qualidade inferior à especificada no memorial descritivo e neste Contrato, em prazo previamente determinado.

7.3 - Os materiais/equipamentos colocados/utilizados na OBRA pela CONTRATADA ficarão sob a guarda e inteira responsabilidade da CONTRATADA, não sendo permitida sua retirada, senão em casos especiais e mediante autorização escrita da Comissão de Obras da PREFEITURA.

7.4 - A CONTRATADA deverá fornecer todos os equipamentos de proteção individual (EPI) para os empregados e providenciar os equipamentos de proteção coletiva (EPC) necessários, de acordo com as normas da ABNT e com a Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho.

7.5 - Todas as multas e tarifas provenientes de autuações quanto ao depósito de materiais e equipamentos no passeio e via pública serão de ônus da CONTRATADA.

7.6 - A seleção dos profissionais que prestarão os serviços caberá exclusivamente à CONTRATADA, reservando-se o CONTRATANTE o direito de pedir a substituição de qualquer funcionário, por motivo de melhor qualificação dos serviços prestados, sempre que o mesmo for considerado insatisfatório.

7.7 - Todas as despesas com hospedagem, alimentação, transporte, encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários e sociais, em relação ao quadro de pessoal que prestará os serviços ora contratados serão da exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

8 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES

8.1 – Pela inexecução total ou parcial do Contrato a administração poderá, garantia prévia de defesa, aplicar ao Contratado as seguintes sanções:

I – Advertência;

II – multa na forma prevista neste instrumento;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e demais cominações legais;



RETIFICAÇÃO 01

8.2 - Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento contratual:

8.2.1 - 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, inclusive o descumprimento dos prazos determinados no cronograma-físico financeiro aprovado, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do Contrato, por ocorrência;

II - 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, inclusive o descumprimento dos prazos determinados no cronograma-físico financeiro aprovado, com a possível rescisão contratual;

III - 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, na hipótese de a CONTRATADA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando a PREFEITURA, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada;

8.3 – O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pela PREFEITURA. Se os valores não forem suficientes, a diferença será descontada da garantia prestada ou deverá ser recolhida pela CONTRATADA no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.

8.4 - As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

9. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

9.1 - O Município de Guapé acompanhará e fiscalizará a execução da Obra/serviços, por meio de profissionais competentes, que poderão, constatando a inobservância quanto às especificações deste Instrumento:

I) - Rescindir o contrato;

II) - Mandar suspender os serviços;

III) - Mandar refazer os serviços;

IV) - Suspender o pagamento.

9.2 – A CONTRATADA compromete-se a refazer, as suas custas, parcial ou totalmente, os serviços ora contratados, caso os apresentados não atendam aos critérios básicos legalmente estabelecidos pela Comissão de Recebimento e fiscalização de Obras da Prefeitura.

9.3 - A CONTRATADA deverá facultar o livre acesso do representante e/ou da comissão de recebimento do CONTRATANTE em suas instalações, depósitos, bem como a todos os registros e documentos pertinentes à execução ora contrata, sem que tal fiscalização importe, a qualquer título, em responsabilidade por parte do CONTRATANTE.

9.4 - A fiscalização sobre todos os termos do presente contrato a ser exercida pela Comissão de Recebimento e fiscalização de Obras da CONTRATANTE ocorrerá para preservar o interesse público, sendo que eventual atraso nesta tarefa, não lhe implicará corresponsabilidade pela eventual execução incorreta dos serviços.

9.5 - A CONTRATADA deverá manter no local dos serviços Diário de Obras, onde serão registradas, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, todas as ocorrências relativas à execução dos serviços, tais como serviços em execução, estado do tempo, reclamações, notificações, paralisações, acidentes, decisões, observações e outras.



RETIFICAÇÃO 01

9.6 - Os serviços contratados serão considerados provisoriamente entregues após o término, por completo, de todos os trabalhos, inclusive a limpeza final, e vistoria efetuada pelo CONTRATANTE.

9.7 - Ao considerar concluídos os serviços, a CONTRATADA solicitará à Comissão de recebimento e fiscalização de Obras, em até 15 (quinze) dias, que proceda a vistoria para fins de recebimento provisório dos serviços. O recebimento dar-se-á pela PREFEITURA, por meio de vistoria conjunta realizada pelo engenheiro civil ou arquiteto e urbanista da CONTRATADA e pela Comissão de Recebimento e fiscalização de Obras da PREFEITURA.

9.8 - No Termo de Recebimento provisório serão registradas eventuais pendências constatadas na vistoria realizada em conjunto pelas partes contratantes, desde que aquelas não impeçam a sua utilização imediata.

9.9 - Caso as eventuais pendências impeçam a utilização imediata e plena dos serviços executados, o Termo de Recebimento Provisório só será firmado após a solução completa e definitiva dos problemas, dentro do prazo estabelecido pela Comissão de Obras da PREFEITURA.

9.10 - Decorrido o prazo de 90 (noventa) dias após a assinatura do Termo de Recebimento Provisório, desde que não haja qualquer defeito, falha ou imperfeição nos serviços executados, será firmado o Termo de Recebimento Definitivo dos serviços contratados.

10. DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

10.1 - Aplica-se ao presente contrato, no que couberem, as disposições da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, da Lei Complementar nº 123 e suas alterações posteriores e demais legislações pertinentes e condições estabelecidas no respectivo Edital de Tomada de Preços nº 002/2020 - Processo nº 077/2020, para os casos aqui não regulamentados.

10.2 - Que a Contratada se obriga a manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11 – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Guapé (MG), com exclusão de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este Contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, para fins e efeitos de direito.

Guapé, xx de xxxxxxxx de 2020.

Nelson Alves Lara.
Prefeito Municipal

CONTRATADA.

Testemunha 1: _____ Testemunha 2: _____
(Nome/CPF) (Nome/CPF)

Assessoria Jurídica: _____



RETIFICAÇÃO 01

ANEXO II

CARTA DE CREDENCIAMENTO - MODELO

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPE/MG
PRAÇA DR. PASSOS MAIA, 260 – CENTRO
GUAPE/MG – CEP 37.177-000

Ref.: Credenciamento

PREZADO SENHOR:

Pelo presente fica credenciado o Sr. (nome) _____
(qualificação na empresa e residência completa) _____
portador da carteira de identidade n. _____, expedida em ____/____/____ pelo _____ e
portador do CPF nº ---.---.---/---, para representar esta empresa (razão social), endereço e CNPJ),
no **PROCESSO LICITATÓRIO 077/2020 – TOMADA DE PREÇOS 02/2020**, a ser
realizado nesta data, podendo, para tanto, praticar atos necessários, inclusive prestar
esclarecimentos, receber avisos e notificações, desistir e interpor recursos, assinar atas,
propostas, contratos e outros documentos, manifestar-se quanto à desistência dos mesmos, bem
como praticar todos os atos necessários ao certame, a que tudo daremos por firme e valioso.

Local e data.

Nome e assinatura (representante legal):
CPF ou RG

OBS: A carta de credenciamento somente terá valor quando assinada pelo representante legal da licitante, com poderes estatutários e/ou contratuais para constituir mandatários, devidamente registrada em Cartório.



RETIFICAÇÃO 01

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR

TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2020

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede a Rua/Av. _____, nº _____, Bairro _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador do Documento de Identidade nº _____ e inscrito no CPF sob o nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Local e data.

Nome e assinatura (representante legal):
CPF ou RG



RETIFICAÇÃO 01

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

A empresa _____, CNPJ _____, sediada _____, declara, sob as penas da lei, que não está impedida de participar de licitação e nem foi declarada inidônea para licitar, inexistindo até a presente data fatos impeditivos para sua habilitação no **PROCESSO LICITATÓRIO 077/2020 - TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2020**, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data,

Carimbo (ou nome legível)
e assinatura do representante Legal